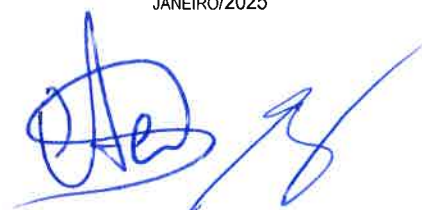


CP_01_GESBA/2025

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE MARÍTIMO DE CONTENTORES, ENTRE O
PORTO DE LISBOA E O PORTO DO CANIÇAL, CONTENDO EMBALAGENS DE CARTÃO PARA
O ACONDICIONAMENTO DA BANANA DA MADEIRA**

CADERNO DE ENCARGOS

JANEIRO/2025



ÍNDICE

PARTE I DISPOSIÇÕES GERAIS

Secção I Disposições gerais

Cláusula 1.^a - Caderno de Encargos

Cláusula 2.^a - Objeto

Cláusula 3.^a - Preço base

Cláusula 4.^a - Aspetos da execução do contrato submetidos à concorrência

Secção II Contrato

Cláusula 5.^a - Cláusulas por que se rege o contrato

Cláusula 6.^a - Prazo de vigência do contrato

Secção III Obrigações contratuais

Cláusula 7.^a - Obrigações principais do cocontratante

Cláusula 8.^a - Forma de prestação dos serviços

Cláusula 9.^a - Verificação da execução

Secção IV Incumprimento do contrato

Cláusula 10.^a - Penalidades

Secção V Resolução do contrato

Cláusula 11.^a - Resolução do contrato pelo contraente público

Cláusula 12.^a - Resolução por iniciativa do cocontratante

Secção VI Casos fortuitos ou de força maior

Cláusula 13.^a - Casos fortuitos ou de força maior

Secção II Preço contratual

Cláusula 14.^a - Preço contratual

Cláusula 15.^a - Revisão de preços

Secção III Pagamento

Cláusula 16.^a - Condições de pagamento

PARTE II DISPOSIÇÕES FINAIS

Secção I Proteção de dados

Cláusula 17.^a - Proteção de dados

Secção II Comunicações e notificações

Cláusula 18.^a - Comunicações e notificações

Secção III Contagem dos prazos



2 | 14

Cláusula 19.^a - Contagem dos prazos

Secção IV Legislação aplicável

Cláusula 20.^a - Legislação aplicável

Secção V Resolução de litígios

Cláusula 21.^a - Foro competente



3/14

PARTE I

DISPOSIÇÕES GERAIS

SECÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a

Caderno de Encargos

O caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, nos termos do artigo 42.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Cláusula 2.^a

Objeto

1. O presente concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, designado por CP_01_Gesba/2025, aberto ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), visa a prestação de serviços de transporte marítimo de contentores, entre o Porto de Lisboa e o Porto do Caniçal, contendo embalagens de cartão para o acondicionamento da Banana da Madeira, nos termos e condições expressos no presente caderno de encargos.
2. Integra, ainda, o objeto do presente concurso a prestação de serviços inerentes à atividade de transitário, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 255/99 de 7 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5/2013 de 22 de janeiro, que inclui, nomeadamente:
 - a) A desconsolidação e consolidação da carga;
 - b) O transporte terrestre de contentores entre o armazém e o Porto de Lisboa.
3. O transporte marítimo desde o Porto de Lisboa até ao Porto do Caniçal, em causa neste procedimento, poderá ser feito em contentores de 20 ou 40 pés, consoante as quantidades que a entidade adjudicante pretenda transportar.
4. Estima-se o transporte de 414 contentores de 40 pés e respetiva consolidação.
5. A prestação dos serviços insere-se na categoria 60600000-4 descrita como "*transporte por vias navegáveis*", constantes do Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), instituído



4 | 14

pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 340, de 16 de dezembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de dezembro de 2003, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 329, de 17 de dezembro de 2003 (retificada pela Retificação publicada no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 330, de 18 de dezembro de 2003) e pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de março de 2008.

Cláusula 3.ª

Preço base

1. O preço base global é de **822.618,00 € (oitocentos e vinte e dois mil, seiscentos e dezoito euros)**, o que corresponde ao preço base anual de **274.206,00 € (duzentos e setenta e quatro mil, duzentos e seis euros)**, acrescido de Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor, quando aplicável.
2. Os preços base unitários, que incluem o frete marítimo e todas as taxas, exceto o Serviço de Tráfego da OPM – Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda., que é suportado diretamente pela GESBA, são os seguintes:
 - a) Preço base do transporte marítimo por contentor de 40 pés: **1.722,00€ (mil setecentos e vinte e dois euros)**;
 - b) Preço base do transporte marítimo por contentor de 20 pés: **1.020,00€ (mil e vinte euros)**;
 - c) Preço base para a prestação de serviços de desconsolidação do camiã, consolidação do contentor e transporte até ao Porto de Lisboa, por contentor de 40 pés: **265,00€ (duzentos e sessenta e cinco euros)**;
 - d) Preço base para a prestação de serviços de desconsolidação do camiã, consolidação do contentor e transporte até ao Porto de Lisboa por contentor de 20 pés: **220,00€ (duzentos e vinte euros)**.
3. O preço base fixado resultou dos preços obtidos na sequência de consulta preliminar ao mercado realizada nos termos previstos no artigo 35.º-A do CCP. A informação pertinente poderá ser disponibilizada aos futuros concorrentes, caso seja solicitada, em conformidade com a Orientação Técnica do IMPIC n.º 04/CCP/2019.



5 | 14

Cláusula 4.^a

Aspetos da execução do contrato submetidos à concorrência

Para efeitos do disposto no artigo 42.º do CCP, está submetido à concorrência, nos termos do disposto no presente caderno de encargos e no programa do concurso, o preço.

SECÇÃO II

CONTRATO

Cláusula 5.^a

Cláusulas por que se rege o contrato

1. O contrato é celebrado por escrito, nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos.
2. Na interpretação e execução do contrato devem observar-se, para além de todas as normas legais e regulamentares aplicáveis:
 - a) O suprimento dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta do cocontratante;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta do cocontratante prestados por este.
3. Em caso de contradição, os documentos identificados no número anterior prevalecem sobre os demais pela ordem em que estão enumerados, com exceção da proposta do cocontratante, que prevalece sempre que o seu conteúdo for juridicamente compatível com os demais documentos que regem o contrato e seja mais favorável à entidade adjudicante.
4. Em caso de divergência entre os documentos identificados no número 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.
5. As regras legais e regulamentares aplicáveis são observadas em todas as suas disposições imperativas e nas demais apenas na medida em que o regime que estabelecem não tenha sido alterado pelo contrato ou pelos documentos patenteados.
6. As epígrafes utilizadas no presente caderno de encargos e nos seus anexos foram incluídas por razões de mera conveniência, não fazendo parte da regulamentação aplicável às relações



contratuais deles emergentes, nem constituindo suporte para a interpretação ou integração do presente caderno de encargos ou daqueles documentos.

7. As remissões, ao longo do presente caderno de encargos, para cláusulas ou alíneas são efetuadas para números ou alíneas do clausulado do mesmo caderno de encargos, salvo se do contexto resultar sentido diferente.
8. Sem prejuízo do disposto em outros documentos relevantes, a interpretação e execução do contrato devem ser sempre orientadas de forma a assegurar a celeridade, a eficiência e a eficácia da execução do contrato.

Cláusula 6.^a

Prazo de vigência do contrato

1. O contrato objeto do presente procedimento é válido pelo período de 1 (um) ano e produz efeitos a partir da data da sua assinatura.
2. O contrato renova-se automaticamente por sucessivos períodos de 1 (um) ano, até ao limite máximo de 3 (três) anos de vigência, salvo se for denunciado, por qualquer um dos outorgantes, com uma antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias, relativamente à data de cessação de vigência, por qualquer uma das formas de notificação plasmadas no CCP.
3. Para efeitos do disposto no número 1 da presente cláusula, conta a data da última assinatura quando esta ocorra em datas diferentes.
4. Cada renovação é condicionada à prestação de nova caução, se aplicável, que terá por referência o preço de cada um dos respetivos períodos de vigência.

SECÇÃO III

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Cláusula 7.^a

Obrigações principais do cocontratante

- i. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, designadamente em matéria de transporte marítimo e terrestre de mercadorias, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:



- a) Efetuar o transporte marítimo dos contentores contendo embalagens de cartão entre o Porto de Lisboa e o Porto do Caniçal, em condições adequadas à natureza e espécie dos bens.
- b) Executar a desconsolidação e consolidação, das paletes de cartão para o acondicionamento de Banana da Madeira, nos termos adjudicados na sua proposta, nas quantidades e datas constantes da requisição a efetuar pela entidade adjudicante, por fax ou correio eletrónico.
- c) Assegurar o transporte terrestre armazém/porto dos contentores, em condições adequadas à natureza e espécie dos bens.
- d) Recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
- e) Cumprimento de todas as normas legais que regulamentam o transporte de bens, designadamente em matérias de segurança e higiene, bem como da atividade de transitário.

Cláusula 8.^a

Forma de prestação dos serviços

1. Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a manter, com uma periodicidade semestral, reuniões de coordenação com os representantes da Gesba, das quais deve ser lavrada ata a assinar por todos os intervenientes na reunião.
2. As reuniões previstas no número anterior devem ser alvo de uma convocação escrita por parte do prestador de serviços, o qual deve elaborar a agenda prévia para cada reunião.
3. O prestador de serviços fica também obrigado a apresentar à GESBA, com uma periodicidade semestral, um relatório com a evolução de todas as operações objeto dos serviços e com o cumprimento de todas as obrigações emergentes dos contratos.
4. No final da execução do contrato, o prestador de serviços deve ainda elaborar um relatório final, discriminando os principais acontecimentos e atividades ocorridos em cada fase de execução do contrato.
5. Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português.



Cláusula 9.^a

Verificação da execução

1. A verificação da execução tem por finalidade averiguar se o contrato está a ser convenientemente executado, nomeadamente aferir a qualidade dos serviços prestados.
2. Não obstante o referido no número precedente, no decurso da execução do contrato e caso se verifique que os serviços prestados não se mostram conformes com o adjudicado, nomeadamente em termos de qualidade, o contraente público, independentemente da possibilidade de aplicação de penalidades previstas neste caderno ou de outros meios legais, contactará o cocontratante para que, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, tal situação seja devidamente regularizada.

SECÇÃO IV

INCUMPRIMENTO DO CONTRATO

Cláusula 10.^a

Penalidades

1. Sem prejuízo da possibilidade de resolução do contrato pelo contraente público nos termos do disposto no artigo 333.º do CCP, aplica-se à execução do contrato o disposto nos artigos 325.º e 329.º do CCP, nomeadamente:
 - a) Em caso de atraso na prestação do serviço, o contraente público notificará o cocontratante para, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, regularizar a situação;
 - b) O contraente público aplicará ao cocontratante, por cada dia de atraso, uma multa correspondente a 0,1% do preço contratual do seu período de vigência inicial;
 - c) Todos os danos colaterais que comprovadamente sejam imputados ao cocontratante serão debitados pelo contraente público até ao limite de 20% do preço contratual, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 329.º do CCP.
2. Caso o incumprimento das obrigações pelo cocontratante reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o mesmo cederá a sua posição contratual ao concorrente que, no presente procedimento, vier a ser indicado pelo contraente público, por ordem sequencial de classificação, nos termos previstos no artigo 318.º-A do CCP.



9 | 14

SECÇÃO V

RESOLUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 11.^a

Resolução do contrato pelo contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, logo que se verifique o não cumprimento das condições definidas no presente caderno de encargos ou, concretamente, quando ocorram quaisquer das seguintes circunstâncias, por razões imputáveis ao cocontratante:
 - a) A prestação de serviços se encontre gravemente prejudicada;
 - b) O incumprimento, ainda que parcial, da obrigatoriedade de prestação dos serviços (quando houver atraso por período superior a trinta dias);
 - c) O aumento injustificado dos preços;
 - d) A prática de atos dolosos ou negligentes que alterem a boa prestação dos serviços;
 - e) A obstrução à atuação da entidade a quem compete a verificação da execução do contrato, quando esta é realizada nos termos do presente caderno de encargos;
 - f) Não cumprimento das obrigações assumidas em todo o articulado do presente caderno de encargos.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao cocontratante.
3. A resolução não prejudica o pagamento ao cocontratante dos serviços já realizados em conformidade com o contrato.

Cláusula 12.^a

Resolução por iniciativa do cocontratante

O cocontratante poderá resolver o contrato nos termos previstos na lei.

SECÇÃO VI

CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

Cláusula 13.^a

Casos fortuitos ou de força maior



10 | 14

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - b) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - c) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

PARTE II

SECÇÃO I

PREÇO CONTRATUAL

Cláusula 14.^a

Preço contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o contraente público pagará ao cocontratante o preço constante da proposta adjudicada.



11 | 14

2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente as despesas inerentes à celebração do contrato e à caução, quando aplicável, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 15.ª

Revisão de preços

Os preços propostos pelo adjudicatário deverão manter-se válidos durante todo o período de duração do contrato, não sendo admitida a revisão dos mesmos, salvo se tal resultar de imposição legal ou de despacho que assim o determine.

SECÇÃO II

PAGAMENTO

Cláusula 16.ª

Condições de pagamento

1. A fatura deverá ser emitida em nome do contraente público, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, deve especificar o número da requisição, bem como tem de conter a descrição do objeto (serviço) a que respeita, as quantidades, os preços unitários e o preço total, sob pena de ser liminarmente devolvida.
2. O pagamento terá lugar no prazo de 60 (sessenta) dias após a entrega da respetiva fatura devidamente emitida, designadamente nos termos do número anterior.
3. Em caso de incumprimento da obrigação estabelecida no número anterior, são devidos juros moratórios nos termos da lei.
4. O cocontratante deve processar faturas eletronicamente no modelo a que se refere o n.º 3 do artigo 299.º-B do CCP.
5. O EDI utilizado pela entidade adjudicante é o iLink – Solução EDI e faturação eletrónica, acessível através sítio da internet www.ilink.pt.
6. Em caso de discordância por parte do contraente público quanto aos valores indicados na fatura, deve este comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.



12 | 14

PARTE III

DISPOSIÇÕES FINAIS

SECÇÃO I

PROTEÇÃO DE DADOS

Cláusula 17.^a

Proteção de dados

1. O cocontratante está obrigado a um dever de confidencialidade e sigilo relativamente a toda a Informação e/ou dados pessoais a que tenha acesso por virtude ou em consequência das relações profissionais que manterá com a GESBA, devendo assegurar-se de que os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas funções, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais tratados, se encontram eles próprios contratualmente obrigados a sigilo profissional.
2. O cocontratante não poderá utilizar a informação e/ou os dados pessoais a que tenha acesso, para fins distintos do seu fornecimento/prestação de serviços à GESBA, não podendo transmiti-los a terceiros.
3. O dever de confidencialidade e as demais obrigações previstas na presente cláusula deverão permanecer em vigor mesmo após o termo das relações profissionais entre o cocontratante e a GESBA.
4. Mediante solicitação, por escrito, pela GESBA, o cocontratante devolverá todos os documentos, registos e cópias que contenham informação e/ou dados pessoais a que tenha tido acesso no âmbito da execução do contrato.
5. Mesmo que não seja solicitado, no final do contrato o cocontratante deverá proceder à eliminação dos dados pessoais, salvo se outro prazo de conservação se aplicar ao tipo de dados pessoais.
6. Em caso de perda ou acesso indevido à informação e/ou dados pessoais ou parte deles, o cocontratante notificará imediatamente a GESBA, sem prejuízo das obrigações que sobre si impendam.

SECÇÃO II

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES



13 | 14

Cláusula 18.^a

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

SECÇÃO III

CONTAGEM DOS PRAZOS

Cláusula 19.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, não se suspendendo aos sábados, domingos e dias feriados.

SECÇÃO IV

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Cláusula 20.^a

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa, em particular pelo Código dos Contratos Públicos.

SECÇÃO V

RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 21.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal de Jurisdição Administrativa com sede no Funchal, com expressa renúncia a qualquer outro.



14 | 14